

## **Resenha: *The Varieties of Self-knowledge*, de Annalisa Coliva**

Coliva, A. (2016). *The Varieties of Self-knowledge*. Londres: Palgrave Macmillan. 288 p.

### **Uma leitura pluralista do autoconhecimento**

Júlia Garcia Tronco

Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: juliatronco@hotmail.com

Róbson Ramos dos Reis

Prof. Titular no Departamento de Filosofia da UFSM

E-mail: robsonramosdosreis@gmail.com

Em *The Varieties of Self-knowledge*, Annalisa Coliva propõe uma tese pluralista a respeito do conhecimento de nossos próprios estados mentais e uma defesa de sua concepção constitutivista, relacionada principalmente ao autoconhecimento de atitudes proposicionais como comprometimentos. Publicado em 2016, o livro se estrutura em oito capítulos, nos quais a autora apresenta diversas possibilidades interpretativas e modelos que se propõem a explicar o autoconhecimento de estados mentais, com o intuito de apresentar as limitações e acertos e de cada uma delas. O livro também é composto por um apêndice que trata do paradoxo de Moore, com o objetivo de aprofundar a discussão referente a atitudes proposicionais como comprometimentos, aquelas que envolvem crenças e desejos deliberativos e resultam da análise de razões.

Inicialmente é apresentada uma distinção entre os estados mentais. Coliva distingue-os entre *sensações* – possuem uma fenomenologia característica –, *percepções* – possuem conteúdo fenomenal e representacional –, *atitudes proposicionais* como *disposições* e *comprometimentos*, e, por fim, *emoções* básicas e complexas. São apresentados dois modos pelos quais se pode ter autoconhecimento: de primeira pessoa – no qual o sujeito está imediatamente ciente de seus próprios estados mentais – e de terceira pessoa – no qual se conhece o próprio estado mental através de auto-observação ou de inferências. A autora sustenta ao longo do livro que o autoconhecimento de primeira pessoa a respeito dos estados mentais não se caracterizaria exatamente como conhecimento, dado que o uso desse termo, avaliado como incorreto, seria decorrente

apenas de um hábito resultante do propósito de explicar o que ocorre quando um sujeito se autoatribui um determinado estado mental. A argumentação de Coliva direciona-se a uma defesa do autoconhecimento de primeira pessoa, muitas vezes não reconhecendo as possibilidades e méritos de uma concepção observacional ou inferencialista para certos estados mentais.

O capítulo inicial conta com uma longa introdução e antecipação do que será trabalhado ao longo da obra, já indicando certos caminhos argumentativos traçados pela autora. O capítulo seguinte, “Varieties of Mental States” que, segundo ela, seria uma proposta de sistematização da complexa geografia do mental, conta com seções explicativas destinadas a cada um dos estados mentais. O capítulo opera como um manual básico de filosofia da mente, no qual Coliva apresenta em linhas gerais o modo como se dão os estados mentais e a possibilidade de seu reconhecimento. Algo a se ressaltar é o reconhecimento das emoções como um estado mental *sui generis*. A autora apresenta um modo instigante de abordar o tema, denominado de concepção limítrofe (*Borderline*) das emoções: elas são estados mentais distintos, porém dotados de certas características comuns a outros estados mentais, implicando com isso uma analogia com o Transtorno de Personalidade Limítrofe.

Alguns traços característicos do autoconhecimento de primeira pessoa são apresentados por Coliva no capítulo seguinte, aos quais ela retornará ao longo do livro, sempre os reconhecendo como uma forma de testar teorias do autoconhecimento. São esses traços: a falta de base epistêmica (*Groundlessness*), transparência (*Transparency*) e autoridade (*Authority*). Segundo ela, uma boa teoria a respeito do autoconhecimento de primeira pessoa deve estar de acordo com esses elementos. A falta de base epistêmica se dá quando as autoatribuições de um sujeito não estão baseadas nem na observação de seus próprios estados mentais nem na inferência à melhor explicação. Transparência, resumidamente, refere-se à ideia de que se um sujeito possui conceitos relevantes e é racional, então esse sujeito, ao ter um estado mental, estaria automaticamente em posição de atribuir a si mesmo um estado mental ocorrente. Já o traço de autoridade, por fim, refere-se ao modo como as autoatribuições de um sujeito estão sempre corretas, já que ele está na melhor posição de conhecer a si mesmo. Coliva sustenta que esses traços são aspectos necessários e *a priori* daquilo que se considera autoconhecimento de primeira pessoa. Ao longo do livro, Coliva irá utilizar esses elementos para testar todas as teorias propostas a respeito do autoconhecimento.

Nos três capítulos seguintes, a autora concentra a sua exposição em concepções que explicam o autoconhecimento em duas direções: a epistemológica e a expressivista. As concepções epistemológicas do autoconhecimento apresentam-se de duas maneiras: concepções robustas e fracas ou específicas. Primeiramente, Coliva faz referência às que recorrem para a noção de sentido interno, levando em conta a observação e o acesso privilegiado do sujeito aos próprios estados mentais. São examinadas as teses de William Lycan e David Armstrong, que sugerem, dadas suas diferenças, que existe um mecanismo interno que “escaneia” os estados mentais de primeira ordem e produz os de segunda ordem – as autoatribuições. Seria um modelo causal no qual um estado de primeira ordem automaticamente causa um de segunda ordem, sem ser necessária a linguagem ou uma avaliação do modo como ocorreu essa passagem. Outros modelos são examinados, por exemplo as teorias inferencialistas de Quassim Cassam e as teorias da simulação de Alvin Goldman e Robert Gordon. A mais interessante é a tese “*theory-theory*” proposta Alison Gopnik, segundo a qual as crianças a partir dos 4 anos criam teorias a respeito do comportamento de outras pessoas, inferindo o que elas podem estar pensando e sentindo através da observação do próprio comportamento. Essas seriam as posições epistemologicamente robustas. Em relação às concepções epistemologicamente fracas ou específicas, Coliva traz concepções que reconhecem que o autoconhecimento é resultado de um processo cognitivo, mesmo que básico. No quarto capítulo, a autora analisa a concepção consagrada de Gareth Evans, na qual, para se ter algo como autoconhecimento, é essencial “olhar para fora”, ou seja, ao fazer uma autoatribuição o sujeito infere diretamente sobre o mundo, antes de buscar evidências em si mesmo. São examinados ainda o externalismo racional de Tyler Burge e o internalismo racional de Christopher Peacocke. Já as teses expressivistas do autoconhecimento sustentam que autoatribuições de estados mentais são modos de expressar o que se passa na mente de um sujeito em vez de recorrer a comportamentos instintivos, como chorar, gritar e outras manifestações comportamentais. Coliva apresenta um longo e minucioso exame da filosofia de Wittgenstein e como ela foi um passo inicial para o que se entende hoje pelo termo expressivismo.

A autora refuta qualquer viés cartesiano de explicação para estados mentais de segunda ordem e também qualquer explicação que necessite de processos cognitivos e epistemológicos quando se trata da questão do conhecimento de primeira pessoa. Ela também destina críticas pesadas aos racionalismos extremos como o de Tyler Burge, por exemplo, argumentando que os seres humanos conseguem operar com uma racionalidade

básica na maior parte do tempo, que consiste apenas em ser eficiente em analisar razões. Tal noção de racionalidade básica será importante para a elaboração da tese da própria autora.

Quando Coliva passa a se ocupar com as teses constitutivas, a partir do sétimo capítulo, o livro apresenta seu auge argumentativo, assim como sua faceta mais densa e complicada. É nesse momento que a autora defende sua própria tese. As teses constitutivas partem basicamente de um bicondicional – ressaltando que essa teoria é proposta apenas para aqueles estados mentais que envolvam crenças e conteúdos proposicionais nas quais o sujeito está apoiado por razões – *S* acredita que *P* se, e somente se, acredita que acredita em *P*. De modo que um estado de primeira ordem constitui o estado mental de segunda ordem e o contrário também se aplica. A autora apresenta duas leituras possíveis para as teses constitutivas: a de Sydney Shoemaker, que defende uma leitura do bicondicional da esquerda para a direita, e a de Crispin Wright, que a lê da direita para esquerda. Já a tese de Coliva sugere que a bicondicional valeria dos dois modos de leitura, portanto, se um sujeito estiver em um estado mental como crença, ele está automaticamente em posição de ter o estado mental de segunda ordem; o contrário também se aplica sem que haja esforço cognitivo, observação interna ou externa. Apenas é necessário que o sujeito esteja sob certas condições: estar atento, lúcido, ser racional (do modo básico já basta) e estar em posse de conceitos relevantes. A respeito dos conceitos relevantes, Coliva propõe um modo expressivista para explicar como eles são adquiridos. Basicamente, sentenças como “Eu acredito que *P*” são ensinadas de maneira cega, como expressões alternativas da mente de alguém, de modo que eles estão arraigados como maneiras alternativas de expressar desejos ou crenças.

Por fim, no capítulo “Pluralism about Self-knowledge”, Coliva retoma o debate em torno dos estados mentais, fazendo uma avaliação crítica e articulando as teorias mais adequadas para explicar como se dá o autoconhecimento em cada um dos casos. Em relação às atitudes proposicionais como comprometimentos – aquelas que envolvem crenças –, Coliva sustenta que sua tese constitutiva é a melhor alternativa explicativa, embora reconheça alguns limites desta, como em relação ao problema do lidar com autoatribuições de crenças passadas. Aos estados mentais com fenomenologias características e salientes – sensações, emoções básicas e percepções –, Coliva recorre à uma espécie de constitutivismo fraco aliado ao expressivismo para explicar como ocorre o autoconhecimento. Por fim, as atitudes proposicionais reconhecidas como disposições – não são resultado de deliberação consciente – e as emoções básicas seriam mais bem

explicadas por meio do autoconhecimento de terceira pessoa, que é, segundo a autora, baseado em observação e inferência sobre o próprio comportamento.

O livro de Coliva por vezes é denso, intrincado e parece deixar no ar problemas sem dar possibilidade de solução. Porém, a autora faz um trabalho meticuloso de levantamento de dados, teses e autores a fim de abordar da maneira mais completa possível o complexo arranjo do mental, por vezes reconhecendo que nem tudo é acessível ou passível de explicação. Sua proposta e seu posicionamento pluralistas, diante de algo tão vasto – como os estados mentais que não são unívocos –, são relevantes e filosoficamente fecundos e coerentes. Embora sua teoria apresente alguns problemas e limitações, que são reconhecidos por ela mesma, a obra tem muito a oferecer para a discussão da temática, oferecendo algumas noções e ferramentas a serem trabalhadas futuramente, como a noção de racionalidade básica e os traços característicos do autoconhecimento de primeira: falta de base epistêmica, transparência e autoridade.